

## Psicologia Social em Minas: Contexto Sociopolítico de Produção na *Psicologia & Sociedade*\*

Social Psychology in Minas: Social-political context of production in *Psicologia & Sociedade*

Claudia Mayorga<sup>1</sup>

Adriano Roberto Afonso do Nascimento<sup>1</sup>

Geíse Pinheiro Pinto<sup>1</sup>

Tatiana Pedrozo de Souza Pinto<sup>1</sup>

### Resumo

Apresentamos um mapeamento da produção da psicologia social em Minas Gerais tomando como referência o periódico *Psicologia & Sociedade*. Buscamos explorar as articulações teóricas e práticas dessa produção com seu contexto sócio-político mais imediato. Realizamos um estudo documental e o corpus construído foi composto pelos 10 primeiros números desse Periódico (entre 1986 e 1992). Como resultado, identificamos que 83,74% da produção de Minas Gerais nesse período apresentava como vínculo institucional a UFMG. Em relação à temática, houve a predominância de *psicologia comunitária e análise institucional* (19,7%) e *gênero e sexualidade* (13,1%). A forma como foram abordadas revela uma preocupação com as dimensões ética e política da psicologia social, interesse pelas minorias sociais, pela transformação de relações de opressão e com novos lugares do psicólogo.

**Palavras-chave:** Psicologia social; produção científica; Minas Gerais.

### Abstract

We present a production mapping of social psychology in the state of Minas Gerais with reference to the journal *Psicologia & Sociedade*. We sought to explore the theoretical and practical articulations of this production and its more immediate socio-political context. A documentary study based upon the Journal's first ten issues (from 1986 to 1992) was performed. The results showed that 83.74% of the state's production had an institutional link with the Federal University of Minas Gerais (UFMG). Regarding the thematic areas, there was a predominance of community psychology and institutional analysis (19.7%), and gender and sexuality (13.1%). These studies were mostly concerned with the ethical and political dimensions of social psychology, the interest in social minorities, the transformation of oppression relationships, and the new roles for psychologists.

**Keywords:** Social psychology; scientific production; Minas Gerais.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais

É tendência relativamente recente o investimento mais sistemático na produção de informações sobre a constituição do campo de estudos psicossociais no Brasil (Jacó-Vilela, 2007; Sass, 2007; Bomfim, 2003; Spink e Spink, 2006). Reconhece-se nessa produção a admissão da necessidade de trabalhos que busquem investigar os contextos de emergência e de consolidação desse campo em seus aspectos sociopolíticos mais imediatos. Mais do que um conjunto não problematizado de informações sobre o passado de um campo científico específico, esses estudos têm constituído um espaço oportuno para avaliar criticamente as diretrizes da produção psicológica em uma abordagem mais complexa das relações entre passado, presente e seus possíveis desdobramentos futuros (Farr, 1998).

No caso específico da Psicologia Social no Brasil, alvo do presente relato e uma das áreas que mais têm investido nessa discussão, a produção tem se fundamentado predominantemente na utilização exclusiva de uma de duas fontes,

realmente nem sempre conciliáveis, quais sejam, os documentos, menos frequentemente, e os relatos memorialísticos. Reconhece-se que concorrem para tal fato dois elementos: a) a dificuldade de acesso à documentação pertinente (pela dispersão de fontes, pela destruição de documentos por armazenagem inadequada ou por entraves administrativos para a consulta); b) a constituição e a consolidação recentes do campo no Brasil, o que permite a consulta a vários atores diretamente envolvidos nas últimas décadas nesse processo de consolidação. Aliam-se a esses dois elementos, em geral, a pouca familiaridade dos psicólogos com a pesquisa documental e a maior proximidade que possuem com a produção de relatos biográficos orais (Souza & Menandro, 2007). Tal situação tem produzido um conjunto ainda quantitativamente tímido de investigações baseadas em fontes documentais, sobretudo se considerarmos a necessidade da produção de relatos que tenham como objetivo fornecer elementos mais localizados para a composição de um panorama mais abrangente sobre a emergência e consolidação

**Tabela 1** - Instituições em Minas Gerais dos autores que publicaram na Revista *Psicologia & Sociedade* (1986-1992).

| Instituição            | Numero de trabalhos | %      |
|------------------------|---------------------|--------|
| UFMG                   | 103                 | 83,74  |
| PUC-MG                 | 10                  | 8,13   |
| FUN-REI (UFSJ)         | 4                   | 3,25   |
| Prefeituras Municipais | 3                   | 2,44   |
| Outras faculdades      | 3                   | 2,44   |
| Total                  | 123                 | 100,00 |

do campo da Psicologia Social no país que certamente também deve ser composto por relatos memorialísticos, a fim de que não produzamos uma “história total” dessa área.

Nesse contexto, ganham importância as fontes documentais de mais ampla circulação, como livros, revistas e boletins institucionais, ainda facilmente encontráveis. Publicação que começa a circular no ano de 1986, a *Psicologia & Sociedade*, particularmente em seu primeiro período de publicação (1986 a 1992), pode se mostrar uma fonte relevante para a investigação da produção em Psicologia Social no Estado de Minas Gerais durante esse período. Caracterizando-se por compor um movimento mais amplo de emergência e consolidação no Brasil da chamada Psicologia Social Abrapsiana (Molon, 2001), que institucionalmente toma forma no ano de 1980, com a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social<sup>1</sup>, ela dá acesso à produção de um grupo de psicólogos atuantes em Minas Gerais naquele período, seja pelo fato desses psicólogos assumirem cargos relevantes nessa nova Associação, seja por assumirem a editoria do periódico nessa primeira fase de publicação (Bomfim, 2004).

No presente relato, apresentaremos um primeiro mapeamento da produção da Psicologia Social em Minas Gerais no período entre 1986 e 1992, tendo como referência o periódico *Psicologia & Sociedade*. Nosso objetivo é o de também procurar

explorar alguns aspectos dessa produção em suas articulações teóricas e práticas com o seu contexto sociopolítico mais imediato.

### Método

O *corpus* construído para esse relato foi composto pelos 10 primeiros números do Periódico *Psicologia & Sociedade*, publicados entre 1986 e 1992. Nesse período o Periódico em questão concentrou-se na publicação de trabalhos apresentados nos encontros da ABRAPSO – encontros regionais de Minas Gerais e nacionais. Após a leitura de todo o corpus, utilizamos, para uma primeira organização desse material, a ficha de coleta desenvolvida por Cruz (2008), contendo os seguintes itens: título dos artigos, número da revista, ano de publicação, tipo de produção (relato teórico, de pesquisa ou de experiência), autores, vínculo institucional dos autores e tema.

Realizamos, com o objetivo de caracterizar, em termos de vinculação institucional, a produção do período analisado, uma primeira contagem mais geral das instituições às quais estavam vinculados os autores, para, em seguida, nos determos mais especificamente nas instituições localizadas em Minas Gerais. Uma contagem também geral foi realizada com os dados do tipo de produção dos psicólogos vinculados a instituições do Estado de Minas Gerais. Por fim, considerando os temas sobre os quais versavam esses artigos, os submetemos à Análise de Conteúdo (Franco, 2003; Bardin, 2003). São esses dados os que apresentaremos a seguir.

### Resultados

Identificamos, em um total de 280 artigos publicados nos 10 primeiros volumes do periódico, 123 artigos com um ou mais autores vinculados a

<sup>1</sup> Em um contexto marcado pelo abrandamento progressivo dos mecanismos de repressão característicos do regime de exceção no Brasil, em vigência entre 1964 e 1985, “a ABRAPSO nasceu da insatisfação com a psicologia européia e americana. Os problemas de nossa sociedade, marcada pela desigualdade social e pela miséria, não encontravam soluções na psicologia social importada como um saber universal dos países do Primeiro Mundo. Era imperioso rever, criticamente, o conhecimento científico enquanto práxis, ou seja, a unidade entre saber e fazer” (Lane e Bock, 2003, p. 149).

**Tabela 2** - *Temas dos artigos publicados na Revista Psicologia & Sociedade, produzidos em Minas Gerais (1986-1992)*

| <b>Categoria</b>                               | <b>Numero</b> | <b>%</b>      |
|--|---------------|---------------|
| Psicologia Comunitária e Análise Institucional | 22            | 17,88         |
| Gênero e Sexualidade                           | 17            | 13,82         |
| Saúde Pública e Mental                         | 11            | 8,94          |
| Grupos   | 11            | 8,94          |
| Psicologia, Arte e literatura                  | 10            | 8,13          |
| História                                       | 10            | 8,13          |
| Psicologia e Educação                          | 4             | 3,25          |
| Psicologia Social e Psicanálise                | 4             | 3,25          |
| Lazer  | 4             | 3,25          |
| Formação                                       | 3             | 2,44          |
| Psicologia e Comunicação                       | 3             | 2,44          |
| Reflexões Sobre a Ciência                      | 3             | 2,44          |
| Movimentos Sociais                             | 3             | 2,44          |
| Identidade                                     | 2             | 1,63          |
| Imaginário Social                              | 2             | 1,63          |
| Linguagem                                      | 2             | 1,63          |
| Outros   | 12            | 9,76          |
| <b>Total</b>                                   | <b>123</b>    | <b>100,00</b> |

instituições de Minas Gerais (Tabela 01) Nessa mesma tabela podemos identificar uma participação significativa da UFMG, participação esta já apontada em outros trabalhos que se referem ao Setor de Psicologia Social da UFMG no momento denominado de crise da psicologia social brasileira (Bomfim 1989a, 1989-90, 2003; Campos, 1992; Deslandes, 1989-90; Zanella, 1994).

Na sequência, esses 123 artigos foram agrupados de acordo com seus temas principais (Tabela 02). Tal procedimento de agrupamento baseou-se nos trabalhos de Cruz (2008) e Bomfim (1989/1990). Também foi levado em consideração o agrupamento temático proposto em vários números da própria revista.

Chama a atenção, como resultado da categorização feita, o grande número de artigos nas categorias *Psicologia Comunitária e Análise Institucional* (17,88%) e *Gênero e sexualidade* (13,82%), que por apresentarem maior frequência, serão foco de nossas análises neste trabalho. A seguir buscaremos analisar alguns aspectos do **contexto sociopolítico** das produções em Psicologia social em Minas Gerais, que, no período de 1986 a 1992, levaram ao destaque especificamente essas duas temáticas.

## **Discussão**

### *Psicologia Comunitária e Análise Institucional*

A junção dos temas Psicologia Comunitária e Análise Institucional em uma única categoria analítica deveu-se ao fato de percebermos nos artigos analisados ser a segunda a base teórica para a primeira. Identificamos que, nos primórdios da Psicologia Comunitária em Minas Gerais, esse campo de conhecimento estava fortemente relacionado aos lugares de atuação e intervenção do psicólogo e destacamos que a Psicologia Comunitária se desenvolveu a partir de duas influências principais: a perspectiva latino-americana e o movimento institucionalista que, a partir dos pressupostos da psicanálise, propunha um paradigma para as práticas comunitárias (Prado, 1994).

No contexto de Minas Gerais, o setor de Psicologia Social da UFMG, ao qual se vinculam um numero significativo dos trabalhos aqui analisados, manteve, entre as décadas de 1960 e 1970, uma relação bastante estreita com pensadores de referência da Análise Institucional. Entre esses, segundo Machado (2004), a maior influência foi a de George

Lapassade (em 1972), um dos criadores, junto com René Lourau, da Análise Institucional. “Essa teoria e sua prática inspiraram inúmeros trabalhos entre nós e os principais conteúdos lecionados até meados dos anos 80, na disciplina intervenção psicossociológica” (Machado, 2004, p. 51). Essa mesma autora também explica o investimento nessa teoria que permitia a análise das próprias *mazelas da instituição* através de uma abordagem que se baseava na dialética hegeliana e tentava articular Freud e Marx (Machado, 2004).

Destacamos a seguir, da leitura e análise dos artigos agrupados em Psicologia Comunitária e Análise Institucional mais três aspectos relacionados ao contexto sociopolítico daquela época como apontados a seguir.

*Reflexão acerca do papel do psicólogo nos processos de intervenção institucional e comunitária e consequente revisão teórica:*

Não são poucas as referências ao período dos anos 1960 e 1970 no Brasil quando se pretende discutir a história da Psicologia Social. Tal período, marcado por questionamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos nessa área do conhecimento, com seus desdobramentos de cunho ético e político, foi denominado como um momento de *crise da psicologia social*. A partir da crítica à pouca operacionalidade e relevância social das teorias europeias e norte-americanas para explicar a realidade latino-americana e a presença de regimes ditatoriais naquele momento, questionava-se a utilização acrítica das lógicas coloniais e autoritárias que, nos moldes do que ocorreu na história de formação desses países, também marcava e determinava as posturas em relação a nossa produção de conhecimento. As críticas formuladas nesse momento, como conhecido, sofreram uma forte influência das perspectivas marxistas. Essa influência se faz notar em vários pontos, como na utilização de autores compatíveis com a teoria de classes, como é o caso de Gramsci e Freire. Nesse sentido, é significativo o fato de, nos artigos analisados, se fazerem quase sempre escolhas de públicos-alvo identificados como minorias: os moradores de favelas e as crianças em situação de rua, entre outros. Por exemplo, no trabalho “O psicólogo na comunidade” (Bomfim, 1989b) a referência à teoria marxista é clara e a autora nos diz que o psicólogo comunitário

tem que estar preparado para lidar com a falta de condições materiais, pois elas podem influenciar na *psique* dos sujeitos.

Embora o trabalho com as comunidades *carentes* estivesse marcado pelas perspectivas marxistas (muitas vezes romantizadas) dos militantes de esquerda (Prado, 2002a) que pressupunham sólidos laços de solidariedade entre moradores de vilas e favelas, o que facilitaria a revolta do proletariado contra a burguesia diante de condições materiais desumanizantes e insuportáveis para a tomada do poder, as produções em Psicologia social apontavam outros aspectos. Havia trabalhos na revista analisada que se propunham a compreender a repetição das relações de subordinação dentro das comunidades. A dificuldade parecia ser da própria teoria, da existência de uma “lacuna entre as explicações relativas à estrutura e as relativas à agência” (Prado, 2002b, p. 62).

As dificuldades na utilização da teoria marxista para entender o funcionamento dessas comunidades são apontadas, por exemplo, por Machado (1988a) que, em seu artigo “Mudanças em comunidades, pesquisa e intervenção”, narra a preponderância, na favela Acaba Mundo, de uma certa cultura da pobreza, que aparece nos discursos quando a população é pesquisada através de questionários. Tal cultura, segundo a autora, parecia ser estável e permanente e caracterizaria uma certa apatia. Entretanto, essa primeira escuta foi problematizada, já que “os moradores se organizaram com rapidez e eficiência não apenas para reivindicações de direitos junto aos órgãos públicos, mas também em campanha eleitoral para mudança da presidência da associação de moradores com a participação de praticamente todos os moradores” (Machado, 1988-89, p.45).

Existe, portanto, uma prevalência para explicar a mobilização popular através da exigência de conquista de condições materiais mais dignas. A conclusão que resta à autora é que existe um ganho secundário em adotar certa cultura de pobreza (Machado, 1988-89). Assim sendo, se tais comunidades assumiam periodicamente tal posição, seria em resposta a atitudes paternalistas de certas instituições de ajuda à comunidade. Assim, identificamos nas análises algumas críticas à teoria marxista que, depois desse período, vão ganhar ainda mais espaço, focando, como dito anteriormente, a relação entre estrutura e agência.

Também na análise institucional a teoria marxista fazia notar sua presença, já que a corrente dialético-materialista teve considerável influência,

assim como a psicanálise, sobre os teóricos franceses que trabalhavam nessa perspectiva. A Análise Institucional se caracterizava, nos artigos analisados, pela ênfase na descrição de elementos sócio-históricos constitutivos da realidade dos moradores dos conglomerados estudados. Essa ênfase está presente em 09 dos 17 trabalhos de intervenção em grupos ditos *carentes* (Almeida, 1988; Baeta, 1988-1989; Bomfim, 1990-91a; Machado & Queiróz, 1988; Machado; Lima; Bomfim, 1987; Machado, 1988a, 1988-89; Moreira et al, 1989-90; Queiróz, 1989-1990). Um exemplo dessa perspectiva é o artigo “Estudo do Favelário Belorizontino” (Queiroz 1989-1990). Nele, a favela é pensada como instituição e analisada nos três níveis propostos pela análise institucional (universalidade, particularidade e singularidade), o que permitiria uma análise sócio-histórica. Analisam-se também as relações de dentro e de fora desta instituição, já que as relações de exploração, segundo o texto, se repetem nas relações entre os moradores.

Outro elemento que caracteriza o momento sociopolítico do período e a sua produção é a preocupação com o lugar do cientista/psicólogo nos processos da Psicologia comunitária e da análise institucional e na produção do conhecimento deles resultante. Alguns dos trabalhos por nós analisados propunham essa discussão, que ganhava abrangência no contexto da América Latina (Martin-Baró, 1997). Defendia-se que essa produção de conhecimento devia considerar que o cientista/psicólogo não é isento do seu lugar social, abalando, dessa forma, a perspectiva dicotômica sobre a relação entre sujeito e objeto e a perspectiva da neutralidade (Montero, 2000).

#### *Preocupação com os processos da Psicologia comunitária e da análise institucional:*

A Psicologia comunitária, como descrita por Montero (2004), possui alguns processos básicos subjacentes que pudemos, sem dificuldade, encontrar como elementos de estudo nos trabalhos analisados. Mesmo com denominações distintas, todos os artigos baseavam-se na ideia de um processo de habituação e normalização vivenciado por populações excluídas, favelados ou minorias sociais (Baeta, 1988-1989; Machado & Queiróz, 1988; Machado, 1988, 1988-1989; Moreira et al, 1989-1990; Queiróz, 1989-1990). Isso era identificado pelos autores no fato das realidades difíceis, narradas pelos grupos pesquisados, serem

integradas no campo perceptivo dos moradores, o que as tornava familiares, gerando o efeito de propiciar baixa expectativa quanto à sua mudança (Bomfim, 1988).

Também foi significativo o número de trabalhos inspirados na teoria freiriana. De forma geral, propunha-se intervir junto às lideranças comunitárias de modo a criar grupos onde outros processos típicos da Psicologia comunitária pudessem ter lugar. Em muitos dos relatos de experiência, identifica-se nos grupos a tentativa de problematização catalisada pelos psicólogos. É o que se vê, por exemplo, em Bomfim e Machado (1988).

Um objetivo frequente era o de possibilitar que fossem vistas certas contradições, relações de causa e efeito e a conjunção de interesses presentes em certas situações, ou seja, seu caráter explicitamente sociopolítico. Também seguindo o pensamento de Freire, eram feitas, com frequência, hierarquias de necessidades nas comunidades a fim de criar mobilizações para alcançar a resolução das mesmas (Baeta 1988-1989; Machado 1988-1989; Moreira et al, 1989-1990; Queiroz, 1989-1990).

Foi possível identificar uma prática em consonância com a psicologia comunitária daquele momento, prática esta compatível com variadas teorias psicossociológicas de entendimento das relações sociais: os processos de conscientização e problematização propostos pelos psicólogos são feitos não sem a adoção desta ou daquela linha de investigação do mundo, o que fará com que o profissional enxergue a realidade de uma forma diferente se comparada aos moradores das comunidades por ele atendidas. (Bomfim, 1989b; Queiróz, 1989-1990).

#### *O contexto institucional do Departamento de Psicologia da UFMG:*

Outros elementos nos levam a compreender a presença forte de publicações sobre Psicologia comunitária e análise institucional no material analisado, considerando-se que grande parte dos artigos analisados indicavam a UFMG como vínculo institucional, como apontado anteriormente na Tabela 01. Um dos primeiros artigos publicados com esse tema (Machado, 1987) nos informa que, a partir de 1985, a UFMG recebeu uma demanda do Ministério de Urbanização e Meio Ambiente para desenvolver um projeto de urbanização de favelas e se propôs a intervir na Favela Acaba Mundo, no

Bairro Sion, em Belo Horizonte/MG. As propostas de intervenção produzidas pela Universidade eram variadas, baseando-se na concepção de que esta poderia colaborar emprestando o seu saber ou na concepção de que, em conjunto com a Universidade, a própria comunidade poderia construir um saber que serviria aos seus propósitos (Moreira et al, 1989-1990; Queiróz, 1989-1990, Machado, 1988a, 1988-1989; Franco, 1988). Assim sendo, as intervenções do Setor de Psicologia Social responderam, em parte, a uma demanda externa e foram realizadas como atividades da disciplina do Curso de Graduação “Psicologia Comunitária e Ecologia Humana”.

Resultantes desse processo são publicados, em 1988, outros 06 trabalhos exclusivamente sobre a favela do Acaba Mundo, ou conjuntamente com a análise de outras favelas (Arantes, 1988; Almeida, 1988; Machado, Bomfim & Lima, 1987; Bomfim, 1988; Machado & Queiroz, 1988; Queiroz, 1989-1990). Até as edições dos anos de 1990 e 1991 a existência de trabalhos que tratavam de favelas foi recorrente, tendo sido substituídos, a partir daí, pela temática dos “meninos de rua”, utilizando-se da metodologia que caracterizou a Psicologia comunitária naquele momento (Bomfim, Watanabe & Nascimento, 1989-1990; Bomfim, 1990-1991; Bomfim et al, 1990-1991; Issa, 1990-91, 1992).

Nos artigos também encontramos explicações dos próprios autores acerca das posturas políticas e teóricas que diferenciavam grupos no Setor de Psicologia Social da UFMG, fazendo referência, portanto, aos contextos institucionais de suas produções. Nesse sentido, parece ter realmente deixado marcas a vinda de G. Lapassade em 1972 a Minas Gerais. É conhecida sua avaliação de que o Setor de Psicologia Social da UFMG estaria dividido em duas linhas: uma “branca” e uma “negra” (Cunha, Dorna & Rodrigues, 2006, p. 07). Nas palavras de Machado (1986),

Branca a elite que ia estudar em Paris, detinha conta bancária, as chefias e decidia as diferentes questões. Negra a ralé instituinte que passava a se autogestionar, visava os terreiros de macumba e levava a autogestão à Universidade Católica, FUMEC, DA-FAFICH, DCE, centros, hospitais e cursos. Pretos também os homossexuais que se liberavam (p. 39).

Parece-nos que tal percepção acirrou divergências já existentes entre os psicólogos sociais do Departamento de Psicologia da UFMG, o que pôde ser identificado nos artigos analisados.

### *Gênero e Sexualidade*

Passamos à análise dos trabalhos denominados aqui como pertencentes à temática *gênero e sexualidade*.

O feminismo, enquanto teoria e movimento social, problematizou as relações de gênero, principalmente a partir do questionamento dos rígidos e quase *naturais* limites entre público e privado nas sociedades modernas apontando para a necessidade de mudanças nas relações de gênero e no acesso das mulheres ao campo da educação, do trabalho, da vivência da sexualidade, da política. Tal problematização chegou a ser chamada de hermenêutica da suspeita, já que a partir de teorias sociais propôs olhares analíticos sobre a sociedade a partir do lugar das mulheres (Amorós, 1991).

Naquela época, o alcance do feminismo no Brasil, considerando sua dinâmica própria estreitamente relacionada ao contexto político do país e ao fato de ter se fortalecido inicialmente em grande medida entre mulheres da academia, se sustentou fundamentalmente em processos de “reflexão coletiva sobre a experiência de ser mulher sob o sistema patriarcal” (Camurça, 2007, p. 13) e sob o regime militar brasileiro. As mulheres atuaram fortemente na luta pela redemocratização do Brasil e, quando começou a abertura política no país, os movimentos sociais retomaram suas lutas específicas com mais ênfase.

A UFMG não ficou alheia a esse movimento e grupos de mulheres investiram na discussão acerca dos seus lugares e papéis dentro da sociedade. Tal postura vai refletir na preocupação com temas relacionados à condição/situação vivida pela mulher. Um ponto que indica este cenário é a criação, na universidade, do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher) em 1984, que em sua origem levou os questionamentos realizados pelo movimento feminista para dentro da academia e elaborou tantos outros. As primeiras investigações deste núcleo referiam-se a temas como violência contra a mulher, delegacias da mulher, violência conjugal e doméstica e a relação entre agredidas e agressores.

Fator importante a ressaltar em relação à pressão exercida pelo movimento feminista e que pode nos ajudar a entender o grande número de trabalhos sobre o tema é o surgimento de delegacias para mulheres em 1985. A criação destas Delegacias foi uma resposta do poder público frente às lutas do movimento feminista em suas pautas de fim da violência contra a mulher e da violência doméstica. Antes destas delegacias também existia em Belo Horizonte, numa parceria com a faculdade de direito da UFMG, o Centro de Defesa da Mulher, que surgiu em 1980.

A produção acadêmica do Setor de Psicologia Social da UFMG também fez parte desse cenário, o que não se deu sem conflitos e resistências. Destacamos abaixo como alguns dos trabalhos por nós analisados giravam em torno de temáticas sobre o contexto da Delegacia de Mulheres, a violência sofrida pelas mulheres e também sobre a introdução dessa temática no próprio Setor de Psicologia Social.

Produzidos, em sua maioria, por autoras feministas, os artigos sobre a temática das mulheres e seus direitos apresentavam um olhar acerca das relações de gênero que privilegiava o uso dessa categoria como importante para a análise das relações de poder entre homens e mulheres.

Sobre a introdução da temática relativa à mulher no Setor de Psicologia Social do Departamento de Psicologia da UFMG deve-se observar que em 1978 foi criada uma disciplina chamada *Psicossociologia da Mulher*, o que não aconteceu sem um debate intenso sobre as justificativas para a sua implementação (Machado, 1988b).

As importantes tensões entre universalidade e particularidade e igualdade e diferença se constituem como objetos de várias reflexões na teoria feminista (Scott, 2000; Anzaldúa, 1987; Hooks, 1989; Witting, 1992) e também estavam presentes nas produções analisadas. Tais reflexões se caracterizam pela problematização do fato de a ciência se referir ao homem como sinônimo de humano explicitando o caráter sexista e, portanto, excludente e não universal de tal concepção (Machado, 1988b, por exemplo).

Outro tema bastante recorrente nessa produção é o da violência, frequentemente associado à discussão sobre estratégias institucionais de combate à mesma, como no debate sobre as delegacias de mulheres. Karin Ellen Von Smigay, declarada feminista militante, será responsável pela autoria de 6 dos 16 artigos categorizados na temática de gênero e sexualidade. Tais

produções refletem debates bastante característicos dos primórdios do feminismo na academia brasileira e demonstram uma forte articulação com as lutas e conquistas do movimento feminista no Brasil. Um desses debates girava em torno do alcance transformador das delegacias de mulheres no enfrentamento à violência de gênero (Smigay, 1988).

Mesmo com o reconhecimento da importância das delegacias de mulheres como conquista das mulheres, alguns artigos vão mostrar também que esses locais não estão alheios às lógicas da sociedade patriarcal e vão se dedicar ao estudo dos tipos de crime “recebidos” nessas delegacias: sedução, estupro, lesão corporal e ameaça (Smigay, 1987, 1989; Smigay, Souza & Rubinger, 1988/1989; Moreira, 1989; Hollanda et al, 1988).

O tema “sujeito da ação feminista” também será abordado nas produções analisadas; tema este fundamental na teoria feminista da segunda onda que repercutirá nas produções sobre ação política. Smigay (1987) perguntará se é necessário que o grupo minoritário sustente a identidade pela qual é discriminado de modo a criar um espaço para si, criar uma visibilidade como movimento de modo a modificar a concepção que a sociedade tem deste grupo e reivindicar sua inclusão. A autora reflete sobre a eficácia da criação de espaços prioritários para as mulheres já que o que se quer é prescindir desse espaço prioritário; isso porque toda a sociedade deveria defender os direitos da mulher.

Outro debate recorrente nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil se refere aos limites da análise social a partir das relações de classe e da divisão de trabalho entre os sexos, já que estas não explicariam totalmente a desigualdade entre homens e mulheres. Qual a principal opressão a ser enfrentada nas lutas sociais: a de gênero ou a de classe? Essa pergunta norteará grande parte da produção feminista dessa época e os artigos analisados fazem parte desse contexto. O debate instaurado naquele momento era entre feminismo e marxismo

Compreendemos que a divisão sexual do trabalho não se fazia apenas através do capital, mas da dominação patriarcal, entendida como o poder simbólico do pai. Nesse momento definimos a cultura como política e mostramos como o patriarcado, enquanto cultura e relações

sociais prendem a sexualidade da mulher e controlam sua capacidade reprodutiva (Smigay, 1989, p. 12).

Percebemos que as estudiosas que se debruçaram sobre a questão de gênero, em especial a questão feminista em Minas Gerais, levantaram problemas essenciais do ponto de vista das discussões acerca da democratização da sociedade brasileira, questão de grande proeminência naquela ocasião. As tensões entre academia e militância e entre ciência e política norteavam grande parte das produções sobre as temáticas de gênero e dos debates que a própria produção dos artigos promovia.

### Considerações Finais

Buscamos, através deste trabalho, contribuir com a produção de informações sobre a constituição do campo de estudos psicossociais no Brasil. A análise da produção de Minas Gerais difundida na Revista *Psicologia & Sociedade* no período de 1986 a 1992 permitiu comprovar a preocupação já identificada em outros trabalhos em promover uma Psicologia social interessada nos problemas da sociedade brasileira, com especial atenção às minorias sociais e que pudesse interferir nessa mesma sociedade. Ao mesmo tempo em que a Psicologia social em Minas Gerais sofreu influências de discussões que estavam acontecendo em outros contextos, pode também contribuir e interferir para a constituição de uma perspectiva em Psicologia social que marcou e se caracterizou como o movimento de uma época. É inegável a importância desse movimento que conseguiu pautar, em suas preocupações acadêmicas e políticas, as minorias sociais e as dinâmicas da exclusão características da sociedade brasileira. Hoje, com outros contornos e características, tais questões continuam sendo atuais e relevantes.

Vimos a influência do referencial marxista para análise nos trabalhos de campo, que conformavam a maior parte dos textos publicados e que explicitavam a tensão entre estrutura e agência, preocupação recorrente da Psicologia social. Ao mesmo tempo, foram identificadas produções acerca da temática de gênero, que deslocavam a análise das relações sociais das questões exclusivamente econômicas que não se constituíam, necessariamente, como a principal geradora de mobilização. Identificamos também as

questões político-institucionais do Setor de Psicologia Social da UFMG interferindo e ao mesmo tempo sendo marcadas pelos debates dessa Psicologia social que estava emergindo.

A produção científica é marcada pelos elementos de sua época, mas a ciência também determina e institui novos olhares e interesses para essa mesma época. A produção de Minas Gerais na Revista *Psicologia & Sociedade* no período analisado deve ser compreendida através dessas lentes. A crise da Psicologia social caracterizada como o grande marco da virada ético-política desse campo de conhecimento possui dinâmicas locais e nacionais complexas que merecem ser aprofundadas.

### Referências

- Almeida, M. R. G. (1988). Interferências no campo da intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 4, 41-43.
- Amorós, C. (1991). *Hacia una crítica de la razón patriarcal* (2ª ed.). Barcelona: Anthropos.
- Anzaldúa, G. (1987). *Borderlands/La frontera: The new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Press.
- Arantes, A. M. C. (1988). Acaba Mundo. *Psicologia & Sociedade*, 4, 47-49.
- Baeta, A. M. (1988-1989). Favelas em Belo Horizonte: Uma realidade que desafia. *Psicologia & Sociedade*, 6, 117-129.
- Bardin, L. (2003). L'analyse de contenu et de la forme des communications. In S. Moscovici & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 243-270). Paris: PUF.
- Bomfim, E. M. (1988). Acaba mundo, Bairro Sion: Cenas do Cotidiano? *Psicologia & Sociedade*, 4, 50-53.
- Bomfim, E. M. (1989a). Abrapso em Minas: Um Movimento Social, uma Gestão. *Psicologia & Sociedade*, 7, 169-179.
- Bomfim, E. M. (1989b). O psicólogo na comunidade. *Psicologia & Sociedade*, 7, 119-124.

- Bomfim, E. M. (1989- 1990). A Psicologia Social da ABRAPSO. *Psicologia & Sociedade*, 8, 49-63.
- Bomfim, E. M. (1990-1991). Meninas de Rua, uma abordagem psicossocial. *Psicologia & Sociedade*, 9, 43-47.
- Bomfim, E. M. (2003). *Psicologia social no Brasil*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Bomfim, E. M. (2004). Psicologia Social no Brasil: memórias. In E. M. Bomfim., I. F. Passos, C. J. van Sralen, & M. Vieira-Silva (Orgs.), *Psicologia Social: memórias, saúde e trabalho* (pp. 33-48). São João del-Rei: UFSJ; Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFMG e ABRAPSO Regional Minas.
- Bomfim, E. M., & Machado, M. N. M. (1988). Psicologia Comunitária. *Psicologia & Sociedade*, 4, 13-16.
- Bomfim, E. M., Oliveira, A. C., Watanabe, M. M., Nascimento, M. C., Afonso, M., & Parreira, S. M. (1990-1991). Meninos de Rua, a ótica institucional. *Psicologia & Sociedade*, 9, 160-182.
- Bomfim, E. M.; Watanabe, M. M., & Nascimento, M. C. (1989- 1990). Meninas de rua: o cotidiano e a lei. *Psicologia & Sociedade*, 8, 49-63.
- Campos, R. H. F. (1992). Notas para uma história das idéias psicológicas em Minas Gerais. In R. H. F. Campos, G. A. V. Silva, M. A. Belisário, M. H. C. Moreira, C. R. Darwin, E. D. Gontijo, & J. M. Pinto (Orgs.), *Psicologia: possíveis olhares, outros fazeres* (pp. 11-64). Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia, 4a Região.
- Camurça, S. (2007). “Nós Mulheres” e nossa experiência comum. *Cadernos de Crítica Feminista*, 1 (0), 12-23.
- Cruz, R. N. (2008). *A produção social do conhecimento na Psicologia Social brasileira: um estudo descritivo/ exploratório a partir da revista Psicologia & Sociedade*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Cunha, A. A. G., Dorna, L. B. H., & Rodrigues, H. B. C. (2006). Uma contribuição à história da Análise Institucional no Brasil através de depoimentos orais: o Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nas décadas de 1960 e 1970. *Mnemosine*, 2(1), 2-11.
- Deslandes, K. (1989-90). Mudança, Intervenção psicossociológica, autogestão: aproximações teórico-práticas. *Psicologia & Sociedade*, 8, 43-47.
- Farr, R. (1998). *As Raízes da Psicologia Social Moderna* (1872-1954). (P. A. Guareschi & P. V. Maya, trads.). Petrópolis: Vozes.
- Franco, J. A. (1988). Conversa vai, conversa vem. *Psicologia & Sociedade*, 4, 115-120.
- Franco, M. L. P. B. (2003). *Análise do Conteúdo*. Brasília: Plano.
- Hollanda, M. C. P. et. al (1988). Notas sobre o centro de defesa de direitos da mulher. *Psicologia & Sociedade*, 4, 162-165.
- Hooks, B. (1989). *Talking black: thinking feminist, thinking Black*. Boston: South End Press.
- Issa, M. G. V. N. (1990-1991). A formação da identidade social em meninos carentes. *Psicologia & Sociedade*, 9, 120-128.
- Issa, M. G. V. N. (1992). A Formação da Identidade Social nos Meninos Carentes: Pesquisa realizada a partir dos meninos da ASAM- Associação Sanjoanense de Assistência ao Menor. *Psicologia & Sociedade*, 10, 24-29.
- Jacó-Vilela, A. M. (2007). O estatuto da psicologia social – Contribuições da história da psicologia social. In C. Mayorga, & M. A. M. Prado (Orgs), *Psicologia social: articulando saberes e fazeres* (pp. 37-54). Belo Horizonte: Autêntica.
- Lane, S. T. M., & Bock, A. M. B. (2003). Abrapso – Uma história da psicologia social enquanto práxis. In A. M. Jacó-Vilela, M. L. Rocha, & D. Mancebo (Orgs.). *Psicologia Social: relatos na América Latina* (pp. 145-155). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Machado, M. N. M. (1986) Transversos do social e alquimias da prática em psicossociologia. *Anais do I Encontro Mineiro de Psicologia Social* (pp. 36-43). Belo Horizonte: ABRAPSO.
- Machado, M. N. M. (1987). Sexualidade e instituições. *Psicologia & Sociedade*, 4, 15-18.
- Machado, M. N. M. (1988a) Mudança em comunidades: pesquisa e intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 4, 36-40.
- Machado, M. N. M. (1988b). A Questão da Mulher como Tema da Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 4, 36-40.
- Machado, M. N. M. (1988-1989). Elementos para uma teoria de intervenção psicossociológica em favelas. *Psicologia & Sociedade*, 6, 32-46.
- Machado, M. N. M. (2004) *Práticas Psicossociais, pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Machado, M. N. M., Bomfim, E. M., & Lima, M. E. T. (1987). Acaba Mundo, da proposta de urbanização a um projeto de ecologia humana na favela. *Psicologia & Sociedade*, 3, 57-80.
- Machado, M. N. M., & Queiroz, L. A. A. (1988). Acaba Mundo: estudo de uma comunidade favelada. *Psicologia & Sociedade*, 5, 86-101.
- Martin-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2 (1), 7-27.
- Molon, S. I. (2001). A psicologia Social abrapiana: apontamentos históricos. Interações. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, 6 (12), 41-68.
- Montero, M. (2000). Contrucción, desconstrucción, y crítica: teoria y sentido de la psicología social comunitaria en America Latina. In R. H. F. Campos, & P. Guareschi (Orgs.), *Paradigmas em psicologia social* (pp.70-87). Petrópolis: Vozes.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Paidós: Buenos Aires.
- Moreira, M. I. C. (1989). Delegacia de Mulheres: Relato de uma experiência em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 7, 19-29.
- Moreira, I. C. Lemos, J. F., Peloso, L. R., Casimiro, L., Leite, N. S., Santos, R. R., & Lustosa, S. K. C. (1989-1990). Fundos do cemitério velho – uma passagem por outras gentes do sol de minas. *Psicologia & Sociedade*, 8, 127-132.
- Prado, M. A. M. (1994). *A Consciência e a Construção de Valores Comunitários: um estudo sobre os participantes de um mutirão habitacional na cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Prado, M. A. M. (2002a). A Psicologia Comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 15 (1), 201-211.
- Prado, M. A. M. (2002b). Da Mobilidade Social à Constituição da Identidade Política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 8 (11), 59-71,
- Queiroz, L. A. A. (1989-1990). Estudo do favelário Belo-Horizontino: Reflexões de um trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8, 119-126.
- Sass, O. (2007). Notas sobre psicologia social e política no Brasil. In C. Mayorga, & M. A. M. Prado (Orgs). *Psicologia social: articulando saberes e fazeres* (pp. 19-36). Belo Horizonte: Autêntica.
- Scott J. (2000). Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate Feminista* (Cidadania e Feminismo), nº especial, 203-222.
- Smigay, K. E. V. (1987). Delegacia de Mulheres: Visibilidade para a violência sobre a mulher. *Psicologia & Sociedade*, 3, 34-37.
- Smigay, K. E. V. (1988). A Constituição de um Grupo para Mulheres na Instituição Universitária: Desventuras de quem a viveu. *Psicologia & Sociedade*, 5, 103-113.

Smigay, K. E. V. (1989). Mulheres: (RE) Partidas e Excluídas. *Psicologia & Sociedade*, 7, 11-18.

Smigay, K. E. V., Souza, A. L., & Rubinger, M. C. (1988/89). Itinerários da Violência contra a Mulher ou: O que dizer da sedução. *Psicologia & Sociedade*, 6, 130-140.

Souza, L., & Menandro, P. R. M. (2007). Pesquisa documental em psicologia: a máquina do tempo. In M. M. P. Rodrigues, & P. R. M. Menandro (Orgs.), *Lógicas Metodológicas: trajetos de pesquisa em Psicologia* (pp. 151-174). Vitória: GM Gráfica Editora.

Spink, M. J. P., & Spink, P. K. (2006). A psicologia social na atualidade. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.), *História da Psicologia: rumos e percursos* (pp. 565-585). Rio de Janeiro: Nau.

Wittig, M. (1992) *El pensamiento heterosexual* (P. Vidarte e J. Sáez, trads.). Madrid: Egales Editorial.

Zanella, A. V. (1994). Os 15 anos da ABRAPSO - Contribuições à produção e à divulgação do conhecimento científico em psicologia. *Anais do V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP* (vol. 2, pp. 29-36). Belo Horizonte: ANPEPP.

#### **Endereço para correspondência:**

Claudia Mayorga

Departamento de Psicologia/FAFICH.

Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha/UFMG

CEP 31270-901 - Belo Horizonte/MG.

E-mail: mayorga.claudia@gmail.com

Recebido em Julho de 2010

Revisto em Outubro de 2010 e Maio 2011

Aceito em Junho de 2011

\*Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG e Pró-Reitoria de Graduação/UFMG.